

A miséria da economia no século XXI: crítica ao manifesto antimarxista de Thomas Piketty

Pollyanna Paganoto Moura*

Rodrigo Straessli Pinto Franklin**

Resumo: o presente artigo tem por objetivo analisar a crítica que Thomas Piketty dirige a Marx em seu livro “O capital no século XXI”. Para tanto, analisa seus cinco principais argumentos: o de que a teoria marxiana se pauta na hipótese implícita de crescimento nulo da produtividade no longo prazo; o de que Marx construiu sua teoria para justificar as conclusões políticas apresentadas no “Manifesto do partido comunista”; o de que as constatações empíricas contradizem suas previsões; o de que Marx não soube utilizar dados estatísticos de forma adequada; e o de que o autor não explicou sobre o funcionamento de uma sociedade comunista. A conclusão obtida é que as críticas de Piketty se fundamentam em um profundo desconhecimento da obra de Marx.

Palavras-chave: Thomas Piketty; Princípio da Acumulação Infinita; Apocalipse Marxista.

*Marx? I never managed really to read it. [...] Das Kapital, I think, is very difficult to read [...]*¹.

Thomas Piketty, 2014.

Introdução

“Maior do que Marx”, assim que Piketty foi apresentado pelo jornal The Economist (2014) após o estrondoso sucesso da publicação de “O capital no século XXI”. Trazendo em seu título uma explícita referência à obra máxima do filósofo alemão – embora o próprio autor negue qualquer semelhança² –, o livro de Piketty pode ser considerado um verdadeiro manifesto antimarxista³.

Da mensagem implícita no título de que Marx está superado, passando pelos argumentos críticos ao autor alemão até chegar à conclusão de que sua teoria está *quase* completamente equivocada (embora apresente resultados semelhantes), o livro de Piketty constitui uma alternativa ao pensamento progressista que almeja criticar o capitalismo sem optar pela via revolucionária.

“O capital no século XXI” chega à conclusão de que o mercado é o grande responsável pela

* Doutoranda em Economia do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Economia pela UFRGS.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

¹ “Marx? Eu nunca consegui realmente lê-lo. [...] *Das Kapital*, eu acho, é muito difícil de ler [...]”

² “É ridícula essa comparação [...]”, foi a resposta dada por Piketty a Jorge Rodrigues quando este o questionou: “A escolha do título foi um piscar de olhos ao ‘O Capital’ de Karl Marx?” (RODRIGUES, 2014).

³ “[...] Sua aceitação”, afirma Paula (2014, p. 317), “pressupõe a obliteração completa da teoria social de Marx”. Varoufakis aponta para o mesmo sentido ao afirmar: “[...] é inteiramente possível que *O capital no século XXI* tenha a ambição de alertar [...] sobre as tendências autodestrutivas do capitalismo enquanto, ao mesmo tempo, rejeita o método analítico de Marx e, claro, o seu programa político” (VAROUFAKIS, 2014, p. 21 tradução própria).

ampliação das desigualdades na sociedade moderna, a despeito de afirmar existirem fontes de convergência como a difusão do conhecimento e a capacidade de atuação estatal. A solução, portanto, não precisa ser tão drástica quanto uma revolução comunista e pode se dar dentro das instituições democráticas de um estado de direito: a adoção de um imposto de renda progressivo.

Assim, o marxismo se torna um pensamento infantil daqueles que escolhem “[...] discursos anticapitalistas convencionais e preguiçosos, que parecem às vezes ignorar o fracasso histórico fundamental do comunismo e que se recusam a se render aos argumentos intelectuais que permitiriam deixar a retórica gasta para trás [...]” (PIKETTY, 2014b, p. 37).

Com o intuito de avaliar exclusivamente a crítica dirigida a Marx por Piketty em “O capital no século XXI”, o presente artigo não busca tecer qualquer comentário acerca de sua teoria sobre as tendências de longo prazo do desenvolvimento capitalista. Isso nos permitiu apresentar em um nível de profundidade inédito sua interpretação sobre o que seria o pensamento marxiano⁴.

De modo geral, podemos resumir a visão de Piketty sobre o pensamento marxiano da seguinte forma: tomado pelo calor dos acontecimentos, Marx previu no “Manifesto comunista” a derrocada apocalíptica do capitalismo; posteriormente, para justificar essa conclusão, elaborou a tese da redução progressiva da taxa de lucro, conceito central de sua teoria; essa tese afirma que a ampliação infinita da acumulação de capital levaria os capitalistas a se aniquilarem (como resultado dos conflitos advindos da queda da taxa de lucro) ou a serem aniquilados pela classe trabalhadora (caso tentassem frear a queda da taxa de lucro com uma redução contínua dos salários); a solução sugerida por Marx, e aplicada pela União Soviética, seria a supressão da propriedade privada e do mercado; apesar de resolver o problema, essa saída totalitária gera necessariamente desastres humanos, uma vez que descarta o mercado como mecanismo de coordenação econômica.

Partindo desse entendimento, Piketty (2014b, p. 17) aponta os equívocos de Marx, que podemos dividir em cinco tópicos: 1) as teses de Marx repousam na equivocada hipótese implícita de ausência de progresso técnico; 2) Marx elaborou suas conclusões antes de criar suas teorias; 3) as previsões de Marx sobre a queda dos salários e da taxa de lucro não se concretizaram; 4) a obra de Marx tem sérios problemas com relação à avaliação das evidências empíricas; 5) o autor não explicou adequadamente o funcionamento de sua proposta alternativa ao capitalismo.

No decorrer do desenvolvimento do presente artigo, analisaremos cada uma dessas cinco ob-

⁴ Os marxistas que se debruçaram sobre a obra de Piketty despenderam tantos esforços em criticar seus pressupostos, suas teorias e conclusões, que pouco espaço reservaram para responder às críticas direcionadas a Marx por aquele autor. Sem compreender a origem da peculiar interpretação de Piketty, limitaram-se a evidenciar que ela nada tem a ver com o pensamento marxiano. Até o momento, a resposta mais detalhada nesse sentido foi apresentada por Marques e Leite (2016). Vale destacar também o texto de Maito (2014) que, como o presente artigo, destina-se exclusivamente a refutar a leitura viesada que o crítico francês apresenta de “O capital”, mas volta-se para um único ponto: demonstrar a tendência decrescente da taxa de lucro a partir dos dados do próprio Piketty. Ainda, *cf.* Paula (2014).

jeções, apresentando com detalhes a crítica de Piketty juntamente com nossa contraposição. Antes, porém, é importante fazermos uma advertência. Como os equívocos de Piketty são demais evidentes para aqueles que conhecem um pouco do pensamento de Marx, nosso principal objetivo é demonstrá-los para aqueles de não o conhecem. Portanto, apresentaremos algumas noções do pensamento marxiano de forma muito simplificada e, até mesmo, reducionista⁵. Isso decorre da impossibilidade de manter o didatismo em um espaço tão pequeno.

1 Sobre a hipótese de crescimento nulo da produtividade

Certamente, a afirmação de que “[...] Marx rejeitou as hipóteses de que o progresso tecnológico pudesse ser duradouro e de que a produtividade fosse capaz de crescer de modo contínuo [...]” (PIKETTY, 2014b, p. 17) é a que mais incomoda os leitores marxistas de Piketty. Afinal, seria mais plausível que uma leitura minimamente atenta dos textos de Marx levasse ao exato oposto dessa interpretação: que a teoria marxiana repousa na hipótese explícita de um crescimento contínuo da produtividade.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que são duas as hipóteses imputadas por Piketty ao pensador alemão: a de que tanto o crescimento da *produtividade* quanto o crescimento da *população* devem ser nulos no longo prazo⁶. Vejamos exatamente como o autor faz para alcançá-las.

Esse entendimento resulta de sua tentativa de compreender a lei da queda tendencial da taxa de lucro – ou, nas palavras do autor, a tese de “redução progressiva” ou da “queda inexorável” da taxa de lucro (PIKETTY, 2014b, p. 58, 223). Uma vez que considera “O capital” um livro de leitura muito difícil⁷, e que “Marx não usou modelos matemáticos e sua escrita nem sempre é clara” (PIKETTY, 2014b, p. 223)⁸, Piketty usa suas próprias equações e sua própria teoria para *supor* a ideia de que Marx tinha em mente. Com isso, para prosseguirmos é necessário avaliar rapidamente as duas leis fundamentais do capitalismo propostas pelo autor.

⁵ Queremos deixar claro que não nos apegaremos a questões como a divergência entre preços e valores, lucro e mais-valia e os conceitos de produtividade no pensamento neoclássico e marxista.

⁶ Isso é evidente na seguinte passagem do seu penúltimo capítulo: “[...] Marx, que supõe implicitamente um crescimento nulo tanto para a população como para a produtividade [...]” (PIKETTY, 2014b, p. 549). Contudo, na maioria das vezes ela aparece apenas como a “[...] hipótese de crescimento nulo da produtividade no longo prazo [...]” (PIKETTY, 2014b, p. 33), ou ainda (tacitamente), como ausência de crescimento econômico e de difusão do conhecimento (PIKETTY, 2014b, p. 9, 219).

⁷ Na entrevista concedida a Isaac Chotiner (2014), Piketty relatou não ter conseguido ler “O capital” de Marx por considerar uma obra de leitura difícil (como citado na epígrafe). A despeito de sua afirmação, é possível supor que o autor tentou ler o primeiro livro de “O capital” de Marx (uma vez que faz algumas referências a essa obra). Contudo, não temos elementos para fazer a mesma suposição sobre o livro terceiro – obra na qual consta a explicação sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Assim, a advertência de Marques e Leite (2016, p. 698) é relevante: “[...] a leitura de um comentarista ou de uma orelha de livro sobre a tendência decrescente da taxa de lucro é não só insuficiente como leva a conclusões equivocadas sobre o pensamento de Marx”.

⁸ O mais curioso dessa afirmação é que “O capital” de Marx tem mais modelos matemáticos do que “O capital” de Piketty.

Do ponto de vista agregado, a taxa de remuneração do capital total de uma sociedade (r) é uma relação entre a soma dos rendimentos derivados da propriedade do capital (P) e do montante de capital existente (K), de modo que temos:

$$r = P/K \quad (1)$$

Alternativamente, podemos apresentar o lucro como resultado da aplicação da taxa de lucro ao montante de capital:

$$P = r \times K$$

Dividindo ambos os termos da equação pela renda total da sociedade (Y), e tomando $\alpha = P/Y$ e $\beta = K/Y$, temos:

$$\alpha = r \times \beta \quad (2)$$

Essa é a primeira lei fundamental do capitalismo de Piketty, uma identidade contábil que nos evidencia que: a) para um dado nível de taxa de rendimento (r), quanto maior for o capital em proporção à renda da sociedade (β), maior será a parcela da renda que é apropriada pelos capitalistas (α); ou b) para um dado nível de estoque de capital em proporção à renda (β), quanto maior for a taxa de lucro (r), maior será a parcela da renda que é apropriada pelos capitalistas (α).

No entanto, por se tratar de uma identidade contábil, a equação 2 nada nos diz sobre a relação de causa e efeito que existe entre essas variáveis. A despeito disso, Piketty ressalta que, devido à hipótese da produtividade marginal decrescente, há uma relação inversa entre a taxa de remuneração e o estoque de capital. Desse modo, quando a relação capital/renda (β) aumenta, a taxa de remuneração (r) diminui.

A segunda lei fundamental do capitalismo nos mostra a determinação da relação capital/renda (β) no longo prazo. Para encontrarmos o β de equilíbrio no longo prazo, precisamos determinar a condição para que sua variação anual ($\Delta\beta$) seja nula:

$$\Delta\beta = \beta_0 - \beta_1 = \frac{K_0}{Y_0} - \frac{K_1}{Y_1} = 0$$

Essa condição é dada por:

$$\frac{K_0}{Y_0} = \frac{K_1}{Y_1} \Rightarrow \frac{K_0}{Y_0} = \frac{K_0 + \Delta K}{Y_0 + \Delta Y}$$

Realizando algumas transformações e tomando por g a taxa de crescimento da renda ($\Delta Y/Y$) e por s a taxa de poupança (equivalente à taxa de investimento, $\Delta K/Y$), temos:

$$\frac{K_0}{Y_0} = \frac{\Delta K}{\Delta Y} = \frac{sY_0}{gY_0} = \frac{s}{g}$$

Assim, podemos dizer que a relação capital/renda de equilíbrio no longo prazo (isto é, o valor de β que não será alterado enquanto os níveis de poupança e crescimento permanecerem estáveis nos níveis s e g respectivamente), é equivalente a⁹:

$$\beta = s/g \quad (3)$$

A equação 3, que consiste na segunda lei fundamental do capitalismo, “[...] representa o estado de equilíbrio para o qual tende uma economia que poupa s e cresce g , sem que esse estado de equilíbrio seja jamais perfeitamente alcançado” (PIKETTY, 2014b, p. 167).

Sendo assim, uma vez que s e g determinam β na equação 3, e β determina r e α na equação 2, Piketty faz o seguinte caminho para simular o pensamento de Marx em seus próprios termos: se a tese de Marx é que a taxa de lucro (r) cai continuamente, isso implica que a relação capital/renda (β) de curto prazo sobe continuamente. Logo, o β de longo prazo tende ao infinito, o que só seria compatível com uma poupança positiva ($s > 0$) e uma taxa de crescimento zero ($g = 0$). E mais, como a taxa de crescimento se decompõe na elevação da produtividade e no crescimento populacional, a tese de Marx repousa na hipótese implícita de crescimento nulo dessas duas variáveis.

É isso e somente isso. Para que ler “O capital”, se com duas equações e cinco linhas de texto podemos resumir toda a sua obra? Ao leitor sensato, que provavelmente encontra-se em um estado de pasma incredulidade, apresento o raciocínio nas palavras de Piketty (2014b, p. 223 grifo nosso):

[...] Uma forma logicamente coerente de interpretar sua proposta [da queda da taxa de lucro e daquilo que Piketty chama de “princípio da acumulação infinita”] é considerar a lei dinâmica $\beta = s/g$ no caso particular em que a taxa de crescimento é nula, ou ao menos muito próxima de zero. [...] No caso em que não há qualquer crescimento estrutural e a taxa de crescimento g é rigorosamente nula, chega-se a uma contradição lógica muito próxima da que Marx descreveu [e que, portanto, pode ser considerada a mesma coisa – Piketty deveria ter acrescentado]. A partir do momento em que a taxa de poupança s é positiva, isto é, que os capitalistas acumulam mais e mais capital a cada ano, por sede de poder e de perpetuação, ou pelo simples fato de que seu nível de vida já é muito elevado, a relação capital/renda aumenta de forma indefinida. De modo mais geral, se a taxa g é baixa e se aproxima de zero, a relação capital/renda de longo prazo, $\beta = s/g$, tende ao infinito. E, com uma relação capital/renda β infinitamente elevada, o rendimento do capital r deve necessariamente se reduzir mais e mais até chegar perto de zero, o que fará com que a participação do capital $\alpha = r \times \beta$ devore a totalidade da renda nacional.

Ainda sublinha:

“Relembremos que g mede a taxa de crescimento estrutural de longo prazo, ou seja, a soma da taxa de crescimento da produtividade e da taxa de crescimento da população [...] Hoje, sabe-se que apenas o crescimento da produtividade permite um crescimento estrutural de longo prazo. No entanto, [...] isso não era evidente na época de Marx” (PIKETTY, 2014b, p. 223).

E também ressalta em nota: “a noção de crescimento permanente e duradouro da população

⁹ Infelizmente, Piketty utiliza a mesma notação para representar a relação capital/renda no curto e no longo prazo, o que gera um pouco de confusão. É preciso ressaltar que o β ($= K/Y$) da equação 2 é um conceito distinto do β ($= s/g$) da equação 3.

no longo prazo não era clara e, para falar a verdade, nos confunde até hoje, daí a hipótese geralmente admitir uma estabilidade da população mundial” (PIKETTY, 2014b, p. 583 nota 31).

A crítica pikettyana de que Marx ignora a possibilidade do progresso tecnológico é um típico exemplo daquilo que se chama “falácia do espantalho”, pois embora esteja aparentemente refutando o pensamento marxiano, o autor está refutando um argumento criado por ele mesmo (um espantalho). Para demonstrar a divergência que o modelo de Marx possui do espantalho do Piketty, apresentaremos a seguir um resumo de sua lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Começaremos resgatando a equação sobre a determinação da taxa de lucro (l') (MARX, 2017, p. 75), que consiste na relação entre a mais-valia absorvida pela classe capitalista (m)¹⁰ e o capital adiantado por ela – que se divide em capital constante (c) e capital variável (v)¹¹:

$$l' = \frac{m}{c+v}$$

Essa equação equivale à equação 1, representada conforme as categorias marxianas. Se dividirmos o numerador e o denominador do termo direito da equação pelo capital variável, teremos:

$$l' = \frac{m/v}{1+c/v} \quad (4)$$

A equação 4 evidencia que a taxa de lucro será tão maior quanto maior for a taxa de mais-valia (m/v)¹² e quanto menor for aquilo que Marx denomina de composição orgânica do capital (c/v), e vice-versa.

Contudo, essa equação por si só não nos diz nada sobre a tendência que a taxa de lucro deve apresentar no decorrer do tempo. Para isso, é preciso acrescentar o pressuposto de que a acumulação do capital está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas. Afirma Marx (2013, p. 698): “uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação”.

O ponto fundamental é que a contínua elevação da produtividade, alicerce do modo de produção capitalista, se expressa em uma massa maior de meios de produção que cada trabalhador manipula no decorrer do processo produtivo. Tanto porque a utilização de equipamentos que incorpo-

¹⁰ Nessa simplificação que estamos apresentando, a mais-valia pode ser considerada equivalente ao lucro. Contudo, é bom ter em mente que a mais-valia representa todo o valor resultante do processo de produção que não é pago ao trabalhador (lucros, juros, impostos, renda da terra *etc.*).

¹¹ Capital constante consiste na parcela do capital destinada a adquirir os meios de produção necessários para o processo de acumulação (máquinas, matérias-primas e matérias auxiliares *etc.*). Capital variável representa parcela do capital dispendida para a contratação da força de trabalho. Cf. Marx (2013, cap. 6).

¹² A taxa de mais-valia também é equivalente ao que se chama de taxa de exploração. É ela que determina a massa de lucro (mais-valia) que será apropriada pela classe capitalista a partir da quantidade de capital dispendido para a contratação de força de trabalho (capital variável).

ram mais tecnologia (e que, portanto, são mais caros) é causa dessa elevação da produtividade, como pelo fato de que o uso de mais matérias-primas e matérias auxiliares é consequência da produção de um maior número de mercadorias por um mesmo trabalhador.

Isso implica que a parcela variável do capital (v) se reduz em relação à parcela constante (c)¹³. Analisando o efeito desse processo sobre a equação 4, chegamos à seguinte conclusão:

[...] Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa de mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau da exploração [até certa proporção], se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente [...] (MARX, 2017, p. 250).

Podemos ver que o raciocínio de Marx é exatamente oposto ao apresentado por Piketty: a lei da tendência decrescente da taxa de lucro é uma consequência da contínua elevação da produtividade.

Contudo, ainda devemos averiguar se é válida a aplicação da segunda hipótese que Piketty atribui a Marx: a de que a taxa de crescimento da população é nula. Afinal, se suas conclusões derivam de identidades contábeis “verdadeiras por definição”, a teoria marxiana não pode ir contra ao que elas expressam. *Se o raciocínio de Piketty está correto*, a tese da queda tendencial da taxa de lucro deveria repousar no pressuposto implícito de uma taxa de crescimento da renda nula no longo prazo ($g = 0$). E se ela é composta pela taxa de crescimento da produtividade (suposta por Marx como positiva) e pela taxa de crescimento da população, talvez esta última teria que assumir valores negativos para que a teoria marxiana seja válida!

Nesse ponto, é importante explicar que o equívoco encontra-se no século XXI e não no XIX: a relação capital/renda de longo prazo (o β da equação 3) não precisa tender ao infinito para o que a relação capital/renda de curto prazo (o β da equação 2) aumente. Para isso, basta que a razão entre poupança (s) e crescimento (g) seja superior à relação entre capital (K) e renda (Y) de cada período.

Apenas para exemplificar, uma sociedade partindo de uma relação capital/renda igual a unidade e que apresente taxas estáveis de poupança e crescimento nos patamares de 12% e 1% respectivamente – portanto, apresentando um β de longo prazo de 12 – levaria 170 anos para acumular um $\beta = 10$, mais de 240 anos para atingir o patamar $\beta = 11$, e mais de 700 anos para alcançar um patamar próximo do equilíbrio ($\beta \approx 12$)¹⁴.

Além disso, é preciso considerar que Marx não defende que haverá uma “queda inexorável” ou “redução progressiva” da taxa de lucro (MARQUES; LEITE, 2016, p. 698). Afirma: “esse de-

¹³ Isso não significa uma redução absoluta de v , mas apenas uma redução em relação a c .

¹⁴ Lembrando que, como o próprio Piketty afirma ao explicar o sentido da equação 3, o estado de equilíbrio jamais será perfeitamente alcançado, pois a relação capita/renda apresentaria um crescimento assintótico.

cr scimo aparece não nessa forma absoluta, mas, antes, *tendendo* a uma queda progressiva” (MARX, 2017, p. 250–251 grifo nosso). Como lei tendencial, ela pode agir com mais ou menos força em momentos distintos, ou pode, até mesmo, ser contrariada por uma série de fatores. Marx dedicou um capítulo inteiro para tratar do que chamou de causas contra-arrestantes dessa lei tendencial¹⁵, dentre as quais destacamos dois: a) o aumento da taxa de mais-valia, que, inclusive, pode resultar do barateamento das mercadorias nas quais se converte o capital vari vel¹⁶; e b) o barateamento dos elementos do capital constante. Esses dois fatores evidenciam que, a despeito da ampliação da produtividade gerar imediatamente a redução da taxa de lucro, ela também pode ser responsável por sua recomposição na medida em que reduz os preços das mercadorias.

Ainda, é importante perceber o papel dos ciclos econ micos na dinâmica da acumulação capitalista e como elas representam uma limitação imposta pelo próprio capital: na medida em que a taxa de lucro cai abaixo de um patamar crítico, o nível de investimento se reduz e a economia se precipita em crise. A crise só termina quando uma parcela do estoque de capital   destruída (reduzindo a relação capital/renda β). Com isso, “o desenvolvimento da força produtiva do trabalho gera, como a queda da taxa de lucro, uma lei que, em certo ponto, opõe-se do modo mais hostil ao desenvolvimento dessa força produtiva e que, por isso, tem de ser constantemente superada por meio de crises” (MARX, 2017, p. 297). Portanto, não existe em Marx algo semelhante ao “princípio da acumulação infinita” (MARQUES; LEITE, 2016, p. 698), pois a acumulação do capital impõe limites a si mesma¹⁷.

Por fim, resta comentar a tentativa de Piketty em reforçar seu espantelho por meio de outro espantelho, ao argumentar que “a ideia de que Marx tinha em mente um modelo desse tipo – um modelo baseado na acumulação infinita de capital –   confirmada pelos diversos exemplos que ele menciona de balanços de empresas industriais caracterizadas pelo uso muito intensivo do capital [...]” (PIKETTY, 2014b, p. 224). Após resgatar apenas um exemplo hipotético dado por Marx, que, de acordo com os cálculos do próprio Piketty, apresentaria um $\beta > 10^{18}$, assevera: “esse tipo de relação capital/renda tem algo de assustador: basta que a taxa de rendimento do capital seja de 5% para que a participação dos lucros supere a metade da produção”.

Nesse ponto, Piketty imputa o seguinte raciocínio a Marx, que possui uma conclusão claramente equivocada: se a relação capital/renda tende a subir e se ela já   elevada, então ela tende ao

¹⁵ Cf. Marx (2017, cap. 14).

¹⁶ Isto é, nas mercadorias consumidas pelos trabalhadores. Afinal, supondo os salários reais constantes, uma redução relativa dos preços levaria a uma redução do capital variável (v) em relação   mais-valia (m) e, portanto, uma ampliação da taxa de mais-valia (m/v).

¹⁷ “O verdadeiro obstáculo   produção capitalista é o próprio capital [...]” (MARX, 2017, p. 289 grifos do autor).

¹⁸ Esse exemplo é abordado no capítulo 6 (PIKETTY, 2014b, p. 224) e “detalhado” no anexo técnico (PIKETTY, 2014a, p. 54–55).

infinito. No entanto, o autor falha ao tentar comprovar esse raciocínio por dois motivos: primeiro, o mais relevante, ele não mostra que Marx chega a conclusão que β tende ao infinito – e nem poderia mostrar, pelo simples fato desse autor nunca ter concluído algo parecido (como já indicamos acima); segundo, a premissa “a relação capital/renda observada por Marx era elevada” é falsa, pois Marx não faz nenhuma referência em “O capital” a um β cujo valor seja próximo a 10. Inclusive, no trecho citado por Piketty, a relação capital/renda deve girar entre 3 e 4 (MARX, 2013, p. 295)¹⁹.

Como o autor pode ter cometido esse deslize? É impossível saber ao certo, pois ele não mostra seus cálculos em lugar algum. A explicação mais detalhada que dá é a seguinte:

[...] as contas sugerem [...] uma relação K/Y em torno de 10 e uma participação do capital em torno de 50%, ou até mais alta (o que corresponde a uma relação lucros/salários, ou “grau de exploração” de acordo com a terminologia de Marx, de cerca de 100% ou até mais). Com base nos outros exemplos de fábricas mencionados no mesmo capítulo e em outras partes do livro, podemos concluir que esse é o tipo de ordem de magnitude que Marx tinha em mente para o capitalismo industrial daquela época (PIKETTY, 2014a, p. 54).

Contudo, analisando tal citação em conjunto com esta outra passagem abaixo, parece que Piketty não está se referindo exatamente à relação capital/renda encontrada por Marx, mas à taxa de exploração:

[...] Em Salário, preço e lucro (1865), Marx apresenta também o exemplo do balanço de uma fábrica intensiva em capital em que os lucros alcançavam 50% do valor adicionado (tanto quanto os salários). Mesmo que ele não o diga explicitamente, esse é o tipo de distribuição global que ele parecia ter em mente para uma economia industrial (PIKETTY, 2014b, p. 583 nota 33).

Isso nos sugere que, talvez, ele tenha realizado um raciocínio inverso: uma taxa de mais-valia de 100% implica em um $\alpha = P/Y = 50\%$. Assim, se a remuneração do capital r for de 5%, pela equação 2, teremos um $\beta = 10$.

Efetivamente, a maioria dos exemplos dados por Marx pauta-se em uma taxa de exploração de 100%. Mas, a taxa de lucro no exemplo dado por Marx gira em torno de 18% e 19% (muito superior à taxa de 5% suposta por Piketty). Além disso, no capítulo que Marx trata da formação da taxa geral de lucro (MARX, 2017, cap. 9), ele utiliza exemplos nos quais a taxa gira em torno de 20% (ou até mais). Pela equação 2, uma taxa de lucro de 20% acompanhada de uma taxa de mais-

¹⁹ Vejamos os cálculos. O valor de 10.000 fusos (incluindo a maquinaria preparatória e a máquina a vapor) é £10.000,00. Marx não indica o preço do edifício da fábrica, mas podemos obtê-lo capitalizando o aluguel anual de £300,00 à taxa de 5% ao ano (adequada aos termos de Piketty), de modo que obtemos £6.000,00. Portanto, a soma do capital fixo seria £16.000,00. Sobre o capital circulante (cujo custo semanal é de £352,47), é razoável supor que o capitalista mantenha reservas monetárias e em mercadorias para manter a fábrica funcionando por 3 meses (totalizando £4.229,60). Estendendo o mesmo prazo para o capital variável (totalizando £624,00 para 3 meses), temos um capital total de £20.853,60. Podemos supor também a existência de reservas monetárias no montante de 10% desse capital a título de fundo de seguro da produção, levando-nos a um montante de £22.938,96. Como o valor novo produzido pelos trabalhadores somam £133,02 por semana (dos quais £52,00 equivalem aos salários adiantados e £81,02 são apropriados como lucro), temos uma renda/produto anual de £6.935,97. Assim, temos $\beta = 22.938,96/6.935,97 = 3,307$.

valia de 100% implica em uma relação capital/renda de $\beta = 2,5$. Essa sim parece ser a “ordem de magnitude que Marx tinha em mente para o capitalismo industrial daquela época”.

2 Sobre as conclusões precipitadas

Para Piketty, a construção do “princípio da acumulação infinita” por parte de Marx surgiu da necessidade do autor em justificar suas previsões apocalípticas apresentadas ao público no “Manifesto do partido comunista”. Essa necessidade o teria deixado em uma frágil situação, como indica seu crítico:

[...] Certamente Marx [...] sofreu as consequências de decidir expor suas conclusões em 1848, antes de realizar as pesquisas necessárias para justificá-las. Escreveu tomado por grande fervor político, o que muitas vezes o levou a se precipitar e a defender argumentos mal embasados, dos quais ficou refém [...] (PIKETTY, 2014b, p. 17).

De modo implícito, essa passagem sugere uma postura anticientífica por parte de Marx que, ao tentar criar uma teoria para justificar um posicionamento político *a priori*, teria comprometido o alicerce de seu pensamento. Portanto, Piketty questiona a motivação de Marx ao escrever sua obra, lançando um argumento do tipo que procura julgar um pensamento não pela sua veracidade ou falsidade, mas pelas circunstâncias que envolvem seu autor.

Além de não contribuir em nada para a avaliação da teoria marxiana e de suas conclusões, esse argumento se pauta em uma afirmação falsa: afinal, no “Manifesto do partido comunista” – texto escrito por Marx e Engels – não há nenhuma alusão ao que Piketty denomina de “apocalipse marxista”. Vejamos.

Piketty inicia a sugestão de que Marx teria antecipado suas conclusões resgatando as seguintes passagens do “Manifesto”:

[...] Em 1848, às vésperas da “Primavera dos Povos”, ele já havia publicado o *Manifesto comunista*, texto curto e eficaz que se inicia com a célebre frase “Um espectro ronda a Europa — o espectro do comunismo” e termina com a não menos célebre previsão revolucionária: “O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, enfraquece o próprio terreno em que a burguesia assentou a produção e a apropriação de seus produtos. Assim, *a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros*. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”. Nas duas décadas seguintes, Marx se dedicou a escrever o volumoso tratado que justificaria essas conclusões e proporia a primeira análise científica do capitalismo e de seu colapso [...] (PIKETTY, 2014b, p. 16 grifo nosso)²⁰.

Posteriormente, o autor remete a essa citação com uma pequena alteração:

Para Marx, o mecanismo central por meio do qual a “*burguesia produz sua própria cova*” correspondia ao que na Introdução chamamos de “princípio da acumulação infinita”: os capitalistas acumulam quantidades de capital cada vez mais significativas, o que conduz a

²⁰ Há algo de curioso nessa passagem. A célebre frase que encerra o “Manifesto” é: “proletários de todos os países, unidos” (MARX; ENGELS, 1987, p. 140). A passagem citada por Piketty consiste no último trecho da primeira parte do “Manifesto”, sendo que este é composto por quatro partes.

uma queda inexorável da taxa de lucro (ou seja, da taxa de rendimento do capital) e causa suas próprias perdas [...] (PIKETTY, 2014b, p. 223 grifo nosso).

Após a explicação do “princípio da acumulação infinita” – sobre o qual nos detivemos na seção precedente –, Piketty apresenta sua visão sobre o “apocalipse marxista”:

[...] É o crescimento permanente da produtividade e da população que permite equilibrar a adição contínua de novas unidades de capital [...]. Na falta disso, *os capitalistas cavam suas próprias covas*: ou se aniquilam ao tentar lutar desesperadamente contra a queda da taxa de rendimento [...] ou forçam a mão de obra a aceitar uma parcela cada vez menor da renda nacional, o que resulta na revolução proletária e na expropriação generalizada. Em qualquer caso, o capitalismo está fadado a padecer devido a suas próprias contradições internas (PIKETTY, 2014b, p. 224 grifo nosso).

Ao alterar de modo sutil a citação de Marx – substituindo o termo “coveiro” por “cova” –, Piketty nos sugere que ela faz referência a um mecanismo econômico automático posto em movimento pelo desenvolvimento da indústria moderna: a queda da taxa de lucro levaria de modo inexorável ao fim do capitalismo.

No entanto, esse não é o sentido da passagem do “Manifesto do partido comunista” citado por Piketty, o que pode ser percebido analisando a parte precedente do parágrafo que integra:

A condição essencial da existência e do domínio da classe burguesa é a concentração da riqueza nas mãos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este baseia-se exclusivamente na concorrência dos trabalhadores entre si. O progresso da indústria, cujo agente involuntário e sem resistência é a própria burguesia, provoca a substituição do isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante associação [...] (MARX; ENGELS, 1987, p. 116)

Logo, quando o texto prossegue com a frase citada por Piketty, afirmando que “o desenvolvimento da indústria moderna enfraquece o terreno...”, não está sendo feita nenhuma referência à tendência decrescente da taxa de lucro, mas ao fato da grande indústria substituir o isolamento do proletariado pela sua associação. Por isso que a burguesia produz seus próprios *coveiros*, isto é, constitui e fortalece a classe com a qual se opõe.

Não se trata, por conseguinte, de uma previsão sobre um evento futuro apocalíptico, mas de uma leitura sobre um fenômeno que já havia iniciado e estava em curso há algum tempo. Em 1848, o proletariado já era uma força política reconhecida e temida pelas classes dominantes, e o manifesto escrito por Marx e Engels consiste em uma ode sobre seu surgimento e uma conclamação para sua união. Desse modo, não há no “Manifesto do partido comunista” nenhuma previsão econômica que precisasse ser justificada.

Por fim, cabe ressaltar que essa previsão sobre o “apocalipse marxista” tampouco está presente em “O capital” de Marx²¹. Para este autor, a superação do modo de produção capitalista – da

²¹ Portanto, trata-se de outro espantalho.

mesma forma que a superação de qualquer outro modo de produção – embora tenha como pano de fundo as transformações da estrutura material, não é consequência exclusiva de um movimento econômico automático, mas determinado por um processo político inexato: a luta de classes (MARQUES; LEITE, 2016, p. 699). Afinal, “[...] a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova [...]” (MARX, 2013, p. 821)

3 Sobre as previsões frustradas

A comprovação fática das falhas do pensamento marxiano seria obtida, segundo Piketty, da constatação de que suas previsões não se realizaram. Duas afirmações do autor nesse sentido merecem destaque. A primeira refere-se ao comportamento dos salários e à melhoria do poder de compra da classe trabalhadora que se seguiu à morte de Marx:

A profecia sombria de Marx não chegou mais perto de se concretizar do que a de Ricardo. A partir do último terço do século XIX, os salários enfim começaram a aumentar: a melhoria do poder de compra dos trabalhadores se disseminou, o que mudou radicalmente a situação, ainda que a desigualdade extrema tenha persistido e, em certos aspectos, crescido até a Primeira Guerra Mundial [...] (PIKETTY, 2014b, p. 17).

Ou seja, logo após a publicação de “O capital”, o nível dos salários teria seguido um trajeto contrário às previsões de Marx. Como já avaliamos, a visão de Piketty sobre o comportamento dos salários na teoria marxiana deriva da extrapolação equivocada de suas duas equações para o caso em que a taxa de crescimento é nula. Nela, a participação dos salários na renda da sociedade reduziria progressivamente como consequência da elevação da participação dos lucros na renda (α).

Além de não haver qualquer menção a uma tendência decrescente dos salários em Marx, devemos ressaltar que tampouco isso pode ser deduzido de sua lei da queda tendencial da taxa de lucro, como o faz Piketty. Vejamos.

Nos termos de Piketty, como a queda da taxa de lucro (r) é consequência da elevação da relação capital/renda (β) – por conta do pressuposto da produtividade marginal decrescente –, o efeito da dinâmica do “princípio da acumulação infinita” sobre a parcela da renda apropriada pela classe capitalista (α) dependerá da elasticidade de substituição entre trabalho e capital, como o próprio autor afirma:

[...] Se a elasticidade [de substituição entre trabalho e capital] estiver entre zero e um, um aumento da relação capital/renda β levará a uma queda da produtividade marginal do capital tão forte que a participação do capital $\alpha = r \times \beta$ diminui [...]. Se a elasticidade for maior do que um, então um aumento da relação capital/renda β leva a uma queda limitada da produtividade marginal do capital, de modo que a participação do capital $\alpha = r \times \beta$ aumenta [...] (PIKETTY, 2014b, p. 213).

Portanto, o raciocínio de Piketty só poderia ser verdadeiro se assumirmos o pressuposto im-

plícito de que a elasticidade de substituição entre trabalho e capital permanecerá sempre superior a um. Contudo, os dados do próprio autor, por exemplo, sugerem que esse pressuposto não foi atendido no período que vai de 1870 a 1910 tanto para a França quanto para o Reino Unido – *i.e.*, no próprio período indicado por Piketty na citação acima²².

Além do mais, também é preciso lembrar que mesmo uma redução da participação dos salários na renda nacional (*i.e.*, uma elevação de α) não implica em redução do nível de real de salários se for contrabalanceada por uma elevação da renda nacional (MARQUES; LEITE, 2016, p. 699) e/ou redução do número de trabalhadores assalariados empregados.

Nesse ponto, o processo de ampliação relativa da mais-valia é elucidativo²³. Marx nos esclarece que a ampliação da produtividade do trabalho, ao pressionar para baixo os preços relativos das mercadorias que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, permite aliar uma elevação real dos salários com uma ampliação da taxa de exploração. Em outras palavras, uma ampliação real da renda nacional, como consequência de uma elevação da produtividade, pode ser distribuída entre trabalhadores e capitalistas de modo a reduzir a participação dos salários na renda. Explica:

Com o aumento da força produtiva do trabalho, o preço da força de trabalho [o salário nominal] poderia cair continuamente, acompanhado de um crescimento simultâneo e contínuo da massa dos meios de subsistência do trabalhador [o salário real]. Relativamente, porém, isto é, comparado com o mais-valor, o valor da força de trabalho diminuiria continuamente, ampliando, assim, o abismo entre as condições de vida do trabalhador e as do capitalista (MARX, 2013, p. 590).

Ou seja, Marx afirma que um crescimento da desigualdade pode estar associado a um aumento dos salários – exatamente como o relatado por Piketty.

A segunda contestação fática retoma o debate sobre a lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Piketty (2014b, p. 58) afirma: “a taxa de remuneração do capital é um conceito central em inúmeras teorias econômicas, sobretudo na análise marxista, com sua tese de redução progressiva da taxa de lucro — uma previsão histórica que se revelou bastante equivocada [...]”.

No momento em que faz essa afirmação, Piketty não nos apresenta nenhum dado que dê suporte à sua crítica, dando a entender que se trata de um fato de conhecimento geral – a despeito da ampla gama de estudos empíricos que corroboram a tese de Marx²⁴. Por outro lado, no decorrer de sua obra, suas pesquisas apresentam uma taxa de remuneração (r) com um comportamento de gran-

²² Partindo das tabelas suplementares TS6.1 e TS6.2 (PIKETTY, 2014a), é possível verificar que a variação da relação capital/renda (β) é acompanhada por uma variação no sentido contrário tanto da taxa de rendimento (r) quanto da participação dos lucros na renda (α).

²³ Cf. Marx (MARX, 2013, cap. 10).

²⁴ Por exemplo, cf. Maito (2013). Vale ressaltar também que na análise empírica deve ser levado em consideração: 1) que se trata de uma *tendência* e não de um movimento inexorável; 2) o papel das crises na recomposição momentânea da taxa de lucro; e 3) a existência de eventos perturbadores de origem não econômica, como as Guerras Mundiais.

de estabilidade tanto para o mundo como um todo como para os casos particulares da França e Reino Unido.

Não obstante, é preciso ressaltar que a comparação empírica entre a “taxa de remuneração do capital” (r) de Piketty e a “taxa de lucro” (l') da análise marxista não é adequada²⁵. A distinção efetivamente repousa no tratamento dado ao termo “capital”.

Para Marx, “capital” significa uma relação social de produção na qual há uma autovalorização do valor ($D - M - D'$). Embora “capital” não seja uma mera soma de dinheiro, uma soma de dinheiro é “capital” se for adiantada com o intuito de obter mais-valia por meio de um processo de produção de mercadorias. Assim, poderíamos denotar como “capital” toda a riqueza material (monetária ou não) que se empenha na produção (ou melhor, no processo de valorização). Isso incluiria, em um dado momento, a soma de todo o capital fixo e circulante, além de todos os recursos monetários entesourados em fundos que se relacionam diretamente com a produção capitalista²⁶.

Piketty, por sua vez, utiliza o termo “capital” como sinônimo de “riqueza” ou “patrimônio”, englobando aí tanto elementos materiais quanto imateriais (patentes, derivativos financeiros etc.) – independente se estão ou não relacionados com o processo de produção. Em suas palavras: “[...] definiremos ‘riqueza nacional’ ou ‘capital nacional’ como o valor total, a preços de mercado, de tudo que os residentes e o governo de um país possuem num determinado momento e que possa ser comprado e vendido em algum mercado [...]” (PIKETTY, 2014b, p. 54)²⁷.

Uma vez que a lei da tendência decrescente da taxa de lucro de Marx refere-se unicamente aos rendimentos do capital em termos do capital adiantado no processo de produção, não faz sentido contrastá-la com a relação entre os rendimentos do capital (ou melhor, dos rendimentos do patrimônio) e toda a riqueza existente na sociedade.

Com essas distinções em mente, Esteban Maito (2014) partiu dos dados apresentados pelo próprio Piketty para construir a trajetória da taxa de lucro em termos adequados ao pensamento marxiano. Como resultado, observou que os dados do próprio Piketty para os casos da Alemanha e Reino Unido, uma vez ajustados para expressar as categorias adotadas por Marx, confirmam empiricamente a existência de uma tendência decrescente da taxa de lucro no longo prazo²⁸. A título de

²⁵ O próprio Piketty demonstra-se ciente desta distinção, quando afirma: “[...] a taxa de remuneração do capital mensura aquilo que ele rende ao longo de um ano, qualquer que seja a forma jurídica da receita (lucros, aluguéis, dividendos, juros, royalties, ganhos de capital etc.), e se expressa como uma porcentagem do capital investido. Trata-se, portanto, de uma noção mais abrangente do que o conceito de ‘taxa de lucro’ e bem mais ampla do que ‘taxa de juros’, ainda que leve ambas em conta” (PIKETTY, 2014b, p. 58).

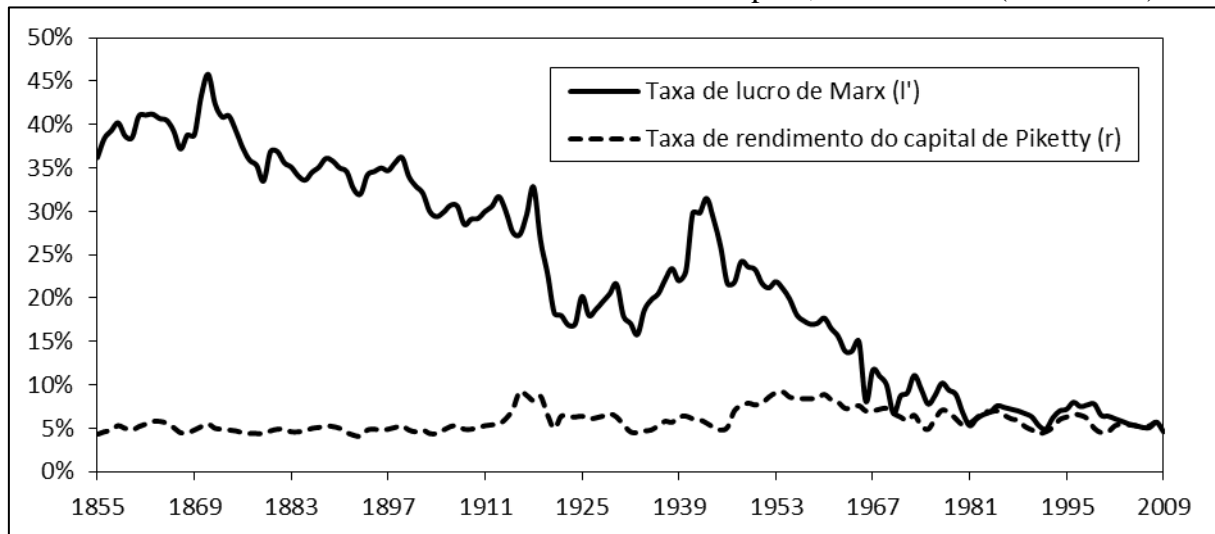
²⁶ Como, por exemplo, o fundo de amortização e o fundo de seguro da produção.

²⁷ Uma crítica mais detalhada ao conceito de “capital” utilizada em Piketty está presente em Varoufakis (2014, p. 19–21), Marques e Leite (2016, p. 691–694), Paula (2014) e Maito (2014).

²⁸ Maito trabalhou exclusivamente com esses dois países pelo fato de serem os únicos que cobrem um período de longo prazo com um nível de desagregação adequado.

ilustração, reproduzimos aqui o contraste dos valores calculados por Maito e os apresentados por Piketty para o Reino Unido (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxa de lucro e taxa de rendimento do capital, Reino Unido (1855-2009)



Fonte: Maito (2014).

O que leva a taxa de rendimento (r) a se comportar de modo tão distinto da taxa de lucro (l') no Gráfico 1 é a mudança no longo prazo no perfil da composição do “capital” de Piketty: a participação das habitações e outros ativos não produtivos – extremamente significativa no século XIX e início do século XX – decaiu com o crescimento dos estoques de máquinas e construções não residenciais. Desse modo, como sugere Maito (2014, p. 26), é bem provável que a taxa de rendimento de Piketty continue a apresentar uma tendência decrescente similar ao previsto por Marx – como já vem ocorrendo desde a década de 1960.

4 Sobre o uso inadequado das estatísticas

Piketty tributa os “equivocos” de Marx na elaboração de suas previsões à forma como este utilizou os dados estatísticos de que dispunha. O autor resume suas objeções da seguinte forma: “[...] Marx tentou, às vezes, mobilizar da melhor forma possível as fontes estatísticas de seu tempo [...], mas o fez, na maioria das ocasiões, levado por impressões, sem estabelecer relações claras entre seus argumentos teóricos e os fatos empíricos que observava” (PIKETTY, 2014b, p. 564 nota 8).

Essa passagem contém três argumentos: a) efetivamente, Marx não tentou mobilizar da melhor forma possível as estatísticas de seu tempo (*i.e.*, fez isso apenas “às vezes”); b) suas análises são normalmente anedótica, ou seja, levam em consideração apenas uma parcela caricata de um todo (“levado por impressões”) para fazer generalizações sobre esse mesmo todo; e c) o autor falhou em estabelecer relações entre os argumentos teóricos e os dados utilizados.

As explicações mais detalhadas de suas objeções são apresentadas ao avaliar dois exemplos

dados por Marx em “O capital”: primeiro, referente ao cálculo da taxa de mais-valia; segundo, consiste em uma parte da ilustração da lei geral da acumulação capitalista. Abordaremos cada um dos dois separadamente.

4.1 O cálculo da taxa de mais-valia

Como já expusemos na primeira seção, Piketty acredita que Marx tenha se espantado com a relação capital/renda elevada que encontrou no balanço de algumas empresas industriais. Sobre essa constatação de Marx, seu crítico questiona o uso anedótico das estatísticas:

[...] Marx conserva uma abordagem mais anedótica e pouco sistemática das estatísticas disponíveis. Em particular, ele não procura saber se a forte intensidade de capital que acredita ter descoberto nas contas de algumas fábricas é representativa da economia britânica, nem mesmo se caracteriza algum setor em especial; ele apenas reuniu algumas dezenas de balanços de empresas (PIKETTY, 2014b, p. 224–225).

Para entendermos a crítica de Piketty, é preciso esclarecer mais uma vez que este confunde a taxa de mais-valia com o grau da intensidade do capital. Influenciado por sua primeira lei fundamental do capitalismo (equação 2), e supondo que a taxa de rendimento r sempre gira em torno de 5%, o autor acredita que uma taxa de mais-valia de 100% implica em uma relação capital/renda $\beta = 10$.

Logo, a crítica de Piketty não se refere à intensidade do capital descoberta por Marx, mas à magnitude da taxa de mais-valia (ou da taxa de exploração) apontada por este (normalmente, em torno de 100%). Assim, sugere que o que levou Marx a encontrar uma taxa de exploração tão elevada foi o seu tratamento anedótico da estatística: o autor alemão teria avaliado a situação de algumas fábricas e extrapolado aquele nível de exploração para todo o Reino Unido. O que está implícito no argumento de Piketty é que a real taxa de exploração seria significativamente inferior.

Podemos lançar duas objeções a essa crítica. Em primeiro lugar, ela se pauta em uma descontextualização do exemplo dado por Marx, dando a entender que este autor busca um objetivo distinto daquele ao qual realmente se propõe quando apresenta os dados criticados por Piketty. Vejamos.

No parágrafo anterior ao exemplo citado por Piketty, Marx escreve:

O método do cálculo da taxa de mais-valor pode, portanto, ser resumido da seguinte forma: [...] basta realizar [...] o cálculo da relação do mais-valor com o capital variável: m/v . Por simples que seja esse método, parece-nos recomendável exercitar o leitor na aplicação de seus princípios, por meio de alguns exemplos (MARX, 2013, p. 294–295).

Em seguida, apresenta dois exemplos de cálculo da taxa de mais-valia: o de uma indústria de fiação, da qual obtém uma taxa de mais-valia de 153,85%²⁹; e de uma plantação de trigo, na qual

²⁹ Na primeira edição de “O capital”, o primeiro exemplo levou o autor a uma taxa de mais-valia de 85,71%.

observa uma taxa de 101,43%. Ao final, assevera em uma nota: “os cálculos aqui apresentados servem apenas como ilustração [...]” (MARX, 2013, p. 296 nota 31a).

Portanto, os dois exemplos dados por Marx não tiveram o intuito de demonstrar o nível da taxa de mais-valia, mas apenas o de exemplificar o seu método de cálculo. Não constituem, assim, um tratamento anedótico dos dados, uma vez que não integram uma argumentação estatística.

A segunda objeção que pode ser feita refere-se ao caráter puramente retórico da crítica de Piketty. O que o autor sugere aos seus leitores ao apontar o uso anedótico da estatística é que a estimativa de Marx de que a taxa de mais-valia giraria em torno de 100% é equivocada. Contudo, não apresenta dados que fundamentem sua sugestão.

O que impede Piketty de ir além de um posicionamento puramente retórico é o fato de que os dados disponíveis atualmente corroboram a ideia de que, naquele período, a taxa de exploração na Inglaterra giraria em torno de 100%.

Por exemplo, mesmo cálculos subestimados, obtidos a partir dos dados utilizados pelo próprio Piketty para o Reino Unido, nos mostram uma taxa de exploração média superior a 70% para a década de 1860, atingindo valores próximos a 80% em vários anos³⁰. Se considerarmos que os dados de Piketty apresentam um viés para baixo por não fazerem distinção entre o trabalho que produz e o que não produz valor, esses números não parecem ser incompatíveis com a taxa de 100% indicada por Marx³¹.

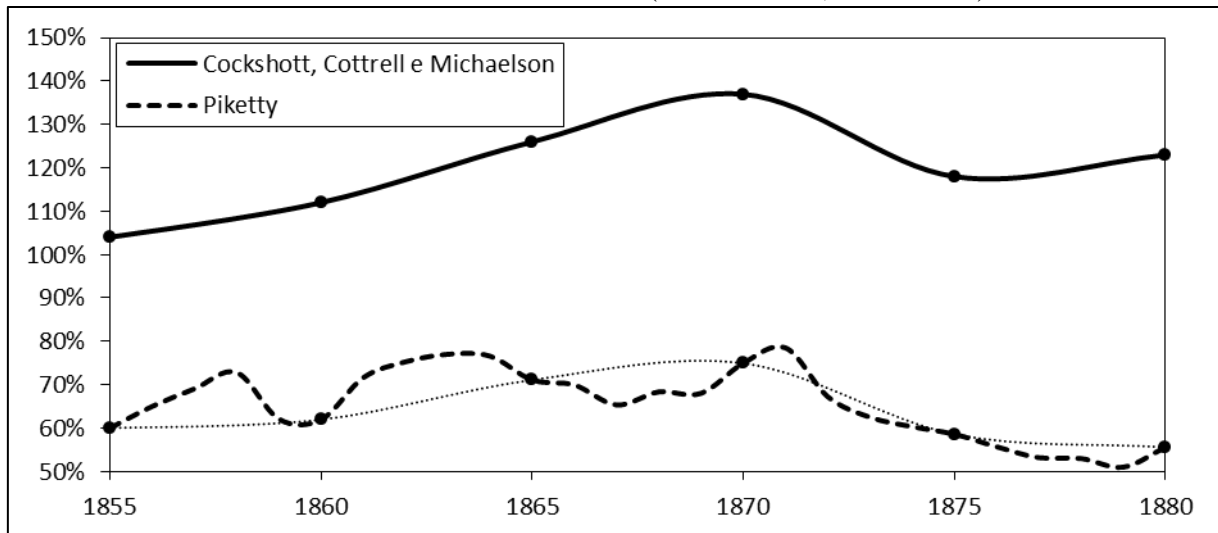
Uma estimativa que leva em conta a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo foi elaborada por Cockshott, Cottrell e Michaelson (1995) a partir da mesma fonte de dados utilizadas por Piketty³². Como podemos observar no Gráfico 2, os autores encontraram uma taxa de exploração que apresenta uma tendência semelhante, mas sempre superior a 100% para todos os anos entre 1855 e 1880, evidenciando a ausência de fundamento fático dessa crítica retórica.

³⁰ Os cálculos foram feitos a partir dos dados disponibilizados por Piketty e Zucman (2014), considerando a relação entre o pagamento de lucros antes dos impostos e os salários pagos aos trabalhadores do setor privado.

³¹ É interessante explicar esse ponto em mais detalhes. O cálculo da taxa de mais-valia deve ser realizado seguindo a equação: m/v . Em Marx, a mais-valia (m) consiste na parcela de valor criado pelo trabalhador produtivo que supera sua remuneração (v). Nem toda mais-valia gerada por um trabalhador é apropriada pelo capitalista que o contrata: ela também é direcionada para o pagamento de impostos, renda da terra, salário dos trabalhadores improdutivos *etc.* Assim, se denotarmos por p a parcela da mais-valia apropriada como lucros, impostos, renda da terra *etc.*, e por w_i a parcela destinada ao pagamento dos salários dos trabalhadores improdutivos, temos a seguinte equação para a taxa de mais-valia: $(p + w_i)/v$. Contudo, o cálculo que não realiza a diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo se expressa na seguinte equação $p/(w_i + v)$, subestimando o dado real tanto por reduzir o numerador quanto por aumentar o denominador.

³² Ambos se pautaram nos levantamentos de Charles Feinstein (1972) para esse período.

Gráfico 2 – Taxa de mais-valia (Reino Unido, 1855-1880)



Fonte: Pektetty e Zucman (2014) (cálculo próprio) e Cockshott, Cottrell e Michaelson (1995).

4.2 A ilustração da lei geral da acumulação capitalista

Piketty também faz objeções com relação ao uso dos instrumentais estatísticos por parte de Marx em sua ilustração da lei geral da acumulação capitalista. Em suma, sua crítica sugere que as previsões apresentadas em “O capital” sobre a ampliação das desigualdades no capitalismo (derivados do “princípio da acumulação infinita” e da tese do “apocalipse marxista”) foram viesadas pela ausência de dados adequados – o que teria ocorrido por três motivos.

Primeiro, Piketty indica que Marx não teria levantado as informações suficientes para permiti-lo estabelecer uma relação entre sua análise estatística e seus argumentos teóricos. Explica:

[...] Ele pretendia mostrar que o desenvolvimento intensivo do capital é caracterizado por uma explosão dos lucros e um aumento potencial da concentração do capital. Escreveu, por exemplo, que os lucros industriais (assim como a remuneração da terra) aumentaram em torno de 40-50% entre 1853 e 1864, enquanto que a população teve um aumento de apenas 12%. No entanto, ele não tentou estimar os níveis e a evolução da massa salarial, da produção nem da renda nacional, e, como consequência, não tratou da questão da divisão capital-trabalho nem da relação capital/renda [...] (PIKETTY, 2014a, p. 53–54).

Segundo, Piketty afirma que Marx ignorou uma ampla fonte de dados concernentes às estimativas da riqueza e renda nacional do Reino Unido. Detalha:

[...] Marx não faz qualquer referência às tentativas de estimar o estoque de capital nacional que se multiplicaram no Reino Unido desde o início do século XVIII e que foram aprimoradas desde o início do século XIX, dos trabalhos de Colquhoun nos anos 1800-1810 aos de Giffen nos anos 1870-1880 [...] (PIKETTY, 2014b, p. 225).

No anexo técnico, retoma essa mesma colocação:

Em particular, não tentou ligar as estatísticas fiscais às estimativas do capital nacional e da renda nacional, que haviam se multiplicado no Reino Unido desde o início do século XVIII (Petty, King) e no século XIX (Colquhoun), e que Giffen logo sistematizaria nas décadas de 1860-1880 (seu trabalho não é citado por Marx) (PIKETTY, 2014a, p. 54).

Terceiro, Piketty sugere que a análise de Marx foi, mais uma vez, anedótica – *i.e.*, ele teria

observado um determinado comportamento de aumento da concentração de lucros e de riqueza em um pequeno conjunto de dados, e extrapolado para um universo mais amplo³³. Uma nota de rodapé do anexo técnico de “O capital no século XXI” traz dois exemplos desse uso anedótico dos dados:

[...] Ele apresenta [...] uma tabela de estatísticas fiscais que nos permite conhecer a evolução dos lucros por categoria, e especifica que os níveis mais elevados tiveram um aumento maior do que os outros entre 1864 e 1865. [...] Mas é óbvio que a evolução dos lucros industriais ao longo de dois anos não permite tirar conclusões gerais sobre a evolução de longo prazo da distribuição da riqueza (PIKETTY, 2014a, p. 54 nota 25).

E também:

[...] Marx [...] observa [...] que, de acordo com as estatísticas de heranças publicadas pela administração britânica desde o início do século XIX, todos os ativos financeiros herdados ficaram abaixo de 1 milhão de libras entre 1815 e 1825, e quatro heranças excederam esse montante entre 1856 e 1859. Mais uma vez, trata-se de um fato interessante, mas não o bastante, e Marx não tentou explorá-lo [...] (PIKETTY, 2014a, p. 54 nota 25).

Uma análise detalhada dos argumentos de Piketty nos revela que sua crítica é anacrônica e, mais uma vez, puramente retórica. É anacrônica, pois não reconhece o contexto histórico no qual Marx estava inserido e nem respeita a cronologia dos fatos. E é puramente retórica, pois busca indicar que essa falta de dados teria levado Marx a se equivocar, mas faz isso baseado em uma descontextualização de seus exemplos estatísticos e sem mostrar dados que contradizem as afirmações de Marx (pois, mais uma vez, as informações atuais apenas confirmam sua análise). Vejamos.

Em *primeiro* lugar, precisamos esclarecer no que consiste a lei geral da acumulação capitalista de Marx e o que exatamente ele pretende demonstrar com seus exemplos estatísticos. No capítulo que trata da referida lei, Marx (2013, p. 689) se propõe a investigar “[...] a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora [...]”. Seu objetivo é o de contestar a tese dominante entre os economistas da época de que o ciclo econômico é determinado pela mútua relação entre o nível dos salários e o número absoluto da população trabalhadora, cujo corolário é de que níveis baixos de salários são frutos de um crescimento populacional superior à acumulação de capital³⁴.

Em sua análise, o autor conclui que não é a população que cresce demais, mas é a contínua elevação da produtividade e a conseqüente ampliação da composição orgânica do capital que tornam a população sempre supérflua em relação às necessidades da acumulação capitalista. Partindo disso que conclui sua lei geral da acumulação capitalista: “quanto maiores forem a riqueza social, o

³³ “[...] Ele [...] apresentou algumas informações sobre um possível aumento da concentração de lucros e de riqueza, mas apenas com base em casos isolados [*relativement anecdotique* no original em francês]” (PIKETTY, 2014a, p. 54).

³⁴ De acordo com essa tese, a acumulação de capital impulsiona os salários para cima; uma elevação dos salários estimula a reprodução acelerada da classe trabalhadora; uma população trabalhadora maior pressiona os salários para baixo; que, por sua vez, gera o duplo efeito de dizimar a população trabalhadora e ampliar a acumulação de capital, determinando o reinício do ciclo econômico (MARX, 2013, p. 713).

capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva [...]”³⁵.

Esses eram os argumentos que Marx queria demonstrar com sua ilustração estatística. Para tanto, o autor mostra que a intensificação da acumulação de capital estava sendo acompanhada por uma redução da taxa de crescimento populacional, sem que isso se convertesse em uma elevação proporcional dos salários – contrariando a tese dominante entre os economistas da época. Sua exposição estatística é suficiente para comprovar esse argumento, mas não para satisfazer o desejo de Piketty de estudar a dinâmica de longo prazo da desigualdade na sociedade capitalista por meio dos cálculos de seus preciosos α 's e β 's (*i.e.*, da divisão capital-trabalho e da relação capital/renda). Contudo, esse não foi o objetivo ao qual Marx se dispôs.

A avaliação das fontes de dados utilizadas por Marx nos leva ao *segundo* questionamento de Piketty. Para evidenciar o ritmo da acumulação de capital, o autor se valeu de um extensivo conjunto de exemplos sobre o crescimento industrial inglês³⁶ e do aumento da massa de lucros a partir de relatórios oficiais a respeito dos impostos sobre a renda; a taxa de crescimento populacional foi obtida a partir do censo oficial; e o nível de salários reais foi inferido por meio da análise da evolução do padrão de vida da classe trabalhadora – obtido, dentre outras fontes, de relatórios parlamentares britânicos como cita o próprio Piketty (2014b, p. 224).

Seguindo a observação de Piketty, devemos nos perguntar: por que Marx não buscou informações sobre o crescimento da acumulação e a evolução da massa salarial em um formato mais sistematizado nas estimativas elaboradas por autores que vão de Patrick Colquhoun a Robert Giffen? Para responder esse enigma, é bom lembrar que Marx escreveu o *capital* no período que vai de 1863 a 1866, e que buscou ilustrar a lei geral da acumulação capitalista para os 20 anos recentes (*i.e.*, para o período que vai de 1846 a 1866).

Nesse momento, Marx tinha à sua disposição as estimativas da renda nacional do Reino Unido para os seguintes anos: 1812, 1822, 1831, 1841, 1846³⁷. Além da impossibilidade de extrair desses dados a informação sobre a massa de salários apropriada pelos trabalhadores assalariados, é preciso observar que o período disponível (1812 a 1846) não abarcava o período que Marx desejava analisar (1846 a 1866).

³⁵ O exército industrial de reserva consiste em uma parcela da população economicamente ativa que está sempre pronta para participar do processo de produção capitalista. Essa categoria é mais ampla do que a população desempregada, pois deve levar em consideração outros segmentos como, por exemplo, o desemprego oculto pelo trabalho precário.

³⁶ Além dos dados apresentados no próprio capítulo em que apresenta a lei geral da acumulação capitalista, Marx também faz referência aos exemplos presentes na seção IV de “O capital”.

³⁷ Todas essas estimativas realizadas por distintos autores e com distintas metodologias. Outras estimativas disponíveis nesse período se resumiam a expressões quantitativas de um conjunto de opiniões gerais (DEANE, 1956, 1957).

No que tange às estimativas elaboradas por Robert Giffen abrangendo os anos de 1865 e 1875 – que, como Piketty gosta de lembrar, nem ao menos foram citadas por Marx! –, é preciso observar que elas vieram a público pela primeira vez em 1878, onze anos após a publicação de “O capital”. Com isso, teria sido impossível – até mesmo para Marx – utilizar esses dados³⁸. O fato é que Piketty acusa Marx de não ter feito uso de todas as possibilidades de que dispunha, mas os dados sugeridos pelo crítico não existiam na época em que “O capital” foi escrito.

A *terceira* objeção de Piketty também peca pela descontextualização do texto de Marx. Os dados apresentados por este autor não tinham por objetivo o de inferir um comportamento de longo prazo para a distribuição da riqueza, mas o de descrever a concentração e centralização do capital que acompanhou a intensificação da acumulação no período analisado (1846 a 1866)³⁹. Para tanto, Marx buscou nos relatórios fiscais do Reino Unido dados sobre a concentração fundiária (para o período de 1851 a 1861), a evolução dos impostos sobre herança (1815 a 1859) e a distribuição do lucro industrial tributável por faixa de renda (1863 e 1864). Não se trata de uma escolha arbitrária de dados anedóticos, mas da análise dos únicos dados disponíveis para a época.

Ainda hoje é difícil obter dados mais detalhados do que esses sobre a concentração de riqueza dessa época. Piketty, por exemplo, utiliza uma quantidade menor de informações que Marx para chegar à mesma conclusão. Após observar que a parcela da riqueza em mãos dos 10% mais ricos do Reino Unido se elevou de 82,9% para 87,1% no período que vai de 1810 a 1879, enquanto para os 1% mais ricos ela variou de 54,9% para 61,1%, o autor afirma: “[...] as fontes britânicas são imperfeitas, sobretudo para o século XIX, mas as ordens de grandeza são bastante claras: a concentração de riqueza era extremamente forte no Reino Unido no século XIX e não manifestava nenhuma tendência de baixa até 1914 — pelo contrário [...]”. Isto é, as evidências avaliadas pelo próprio Piketty apontam que a análise de Marx estava correta.

5 Sobre o comunismo

Por fim, Piketty demonstra sua inquietação com ausência de um detalhamento mais amplo sobre o funcionamento de uma sociedade alternativa ao capitalismo:

[Marx] não se debruçou sobre a espinhosa questão de como uma sociedade em que o capital privado foi abolido reorganizaria os seus sistemas político e econômico — problema bastante complexo, como mostram os dramáticos experimentos totalitários dos regimes que levaram a sério a expropriação (PIKETTY, 2014b, p. 17).

³⁸ Muitos marxistas gostam de se referir a Marx como um autor a frente de seu tempo. Contudo, nos parece um exagero criticá-lo por não ter citado um trabalho que não havia sido publicado.

³⁹ Após a análise da acumulação de capital para o período de 1846 a 1866, Marx (2013, p. 725) acrescenta: “a acumulação do capital veio acompanhada de sua concentração e centralização [...]”. Em seguida, passa a apresentar os dados que ilustram essa concentração e centralização.

Uma descrição mais completa desse “problema complexo” é exposta na seguinte passagem:

A solução sugerida por Karl Marx [...] e posta em prática pela União Soviética no século XX, é [...] abolir a propriedade privada de todos os meios de produção, tanto das terras como dos imóveis e do capital industrial, financeiro e de negócios [...]. O problema, infelizmente para as populações atingidas por essas experimentações totalitárias, é que a propriedade privada e a economia de mercado não têm apenas a função de permitir que os detentores do capital dominem os que trabalham para eles. Essas instituições desempenham também um papel útil para coordenar as ações de milhões de indivíduos, e não é fácil ficar sem elas. Os desastres humanos causados pela planificação centralizada ilustram de maneira clara esse problema (PIKETTY, 2014b, p. 517–518).

Piketty pretende passar ao leitor três ideias distintas: a) o totalitarismo é uma necessidade da propriedade coletiva dos meios de produção; b) a supressão do mercado leva necessariamente a desastres humanos, pois esse seria o mecanismo insuperável de coordenação econômica; e c) a culpa de todos esses desastres repousa em Marx, por ele não ter indicado como deveria funcionar uma sociedade comunista.

Os dois primeiros argumentos são meros artifícios retóricos que carregam um juízo de valor do autor e não se pautam em comprovações fáticas. Eles buscam vincular a oposição entre totalitarismo e democracia com a oposição entre comunismo e capitalismo. Podemos contestar essa associação feita por Piketty por meio das seguintes observações: primeiro, há exemplos históricos de gestão democrática de propriedade coletiva dos meios de produção que contestam a visão de Piketty como, por exemplo, as inúmeras cooperativas de trabalhadores presentes tanto nas economias capitalistas quanto socialistas; segundo, o totalitarismo não é exclusividade das experiências socialistas, como comprovam, por exemplo, as ditaduras capitalistas que dominaram quase a totalidade do território latino-americano durante a década de 1970; por fim, a insuperável capacidade de coordenação econômica dos mercados é um fator altamente contestável diante dos desastres humanos diários que sofrem as populações atingidas pelas experiências do livre mercado, como é atestado pelo número de pessoas que morrem de fome diariamente como consequência da incapacidade de acessar o mercado de alimentos.

O terceiro argumento de Piketty apresenta um duplo equívoco: não cabe a Marx qualquer mérito ou demérito de qualquer experiência de planificação econômica, do mesmo modo que não lhe cabia elaborar modelos de funcionamento de sociedades do futuro. A inexistência de um detalhamento sobre a organização do sistema político e econômico comunista não é um equívoco do autor, mas o resultado de sua concepção materialista da história.

Inclusive, era exatamente pelo idealismo do excesso de detalhamento que Marx e Engels criticaram os socialistas utópicos que os precederam. Tais autores concentravam-se em construir, na teoria, novos sistemas sociais. “Esses novos sistemas sociais”, pondera Engels (1988, p. 35), “nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais

tenham que degenerar em puras fantasias”.

Os fracassos das experiências do socialismo utópico fundamentavam-se no fato de que, ao focar nos modelos idealizados de sociedade, esses pensadores deixavam de lado o principal: buscar compreender, por meio da crítica à sociedade instituída, o *processo* concreto de construção de um novo mundo. É nesse sentido que Marx e Engels afirmam: “O comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38 grifos dos autores). Por isso, Marx voltou seus esforços para compreensão crítica do funcionamento do modo de produção capitalista como um meio de contribuir para a construção de uma sociedade comunista.

Conclusão

O presente artigo teve por objetivo avaliar as críticas dirigidas a Karl Marx por Thomas Piketty em seu livro intitulado “O capital no século XXI”, agrupadas em cinco argumentos: 1) a teoria marxiana se pauta na hipótese implícita de crescimento nulo da produtividade no longo prazo; 2) Marx construiu sua teoria para justificar as conclusões políticas apresentadas no “Manifesto do partido comunista”; 3) as constatações empíricas contradizem suas previsões; 4) Marx não soube utilizar dados estatísticos de forma adequada; e 5) o autor não explicou nada sobre o funcionamento de uma sociedade comunista.

Analisando seus argumentos, percebemos que toda a “compreensão” de Piketty sobre o pensamento marxiano é baseada em uma intuição sobre a tese da queda tendencial da taxa de lucro aplicada às equações presentes em “O capital no século XXI”, manipulada com grosseiros equívocos matemáticos. Constatamos, com certo embaraço, que a refutação construída por Piketty fundamenta-se em um completo desconhecimento da obra criticada, aliado a uma argumentação repleta de falácias e acompanhada de deturpações dos textos de Marx.

Diante de tamanho descalabro, nos deparamos com aquele que talvez seja um dos maiores mistérios da ciência econômica nesse início do século XXI: por que a obra de Thomas Piketty, tão carente de lógica e criticada por todas as correntes teóricas, faz tanto sucesso?

Claro que a fórmula desse sucesso é complexa, mas não podemos negar o peso que tiveram algumas das características de seu livro como: a referência que faz à obra de Marx logo em seu título; a crítica fácil de lugar-comum que permite a refutação do “O capital” por parte de todos que nunca o leram; e o resultado que nega o radicalismo marxiano, mas concorda com o caráter fundamentalmente desigual do capitalismo.

Gostaríamos de dizer que, *a despeito* da profunda incongruência de sua crítica a Marx, Piketty é um dos economistas mais famosos da década. No entanto, sentimos que o mais correto seria afirmar: *por causa* da profunda incongruência de sua crítica a Marx, Piketty é um dos economistas mais famosos da década. E é exatamente aí que reside a grande razão da miséria da ciência econômica no século XXI: se podemos criticar um autor a partir de um punhado de coisas que lemos sobre ele na internet e nos tornarmos um fenômeno mundial por causa disso, a construção e a difusão do conhecimento encontram-se seriamente comprometidas.

Por outro lado, é preciso reconhecer que isso tudo não é mérito ou demérito exclusivo de Piketty, mas resultado de um período histórico no qual o crescimento exponencial do acesso à informação não foi acompanhado de ferramentas adequadas que atestem a qualidade do conteúdo difundido. De todo modo, se pudéssemos dar ao leitor uma única sugestão pautado no debate aqui apresentado, diríamos: não vale a pena gastar mais tempo para ler “O capital no século XXI” do que o tempo que Piketty gastou para ler “O capital” do século XIX.

Referências bibliográficas

CHOTINER, Isaac. Thomas Piketty: I Don't Care for Marx. *The New Republic*, 5 maio 2014. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/117655/thomas-piketty-interview-economist-discusses-his-distaste-marx>>.

COCKSHOTT, Paul; COTTRELL, Allin; MICHAELSON, Greg. Testing Marx: some new results from UK data. *Capital & Class*, v. 19, n. 1, p. 103–130, 1995.

DEANE, Phyllis. Contemporary Estimates of National Income in the First Half of the Nineteenth Century. *The Economic History Review*, v. 8, n. 3, p. 339–354, abr. 1956.

_____. Contemporary Estimates of National Income in the Second Half of the Nineteenth Century. *The Economic History Review*, v. 9, n. 3, p. 451–461, 1957.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 9. ed. São Paulo: Global, 1988.

FEINSTEIN, C. H. *National income, expenditure and output of the United Kingdom, 1855-1965*. Cambridge: University Press, 1972.

MAITO, Esteban Ezequiel. La transitoriedad histórica del capital. *Razón y Revolución*, Buenos Aires, v. 26, p. 129–159, out. 2013.

_____. Piketty versus Piketty. El Capital en el Siglo XXI y la tendencia descendente de la tasa de ganancia. *Revista de Economía Crítica*, v. 18, 2014.

MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes. Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty. *Revista de Economia Política*, v. 36, n. 4, p. 684–703, dez. 2016.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política; livro primeiro - o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política; livro terceiro - o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____; _____. *Cartas filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848*. São Paulo: Moraes, 1987.

PAULA, Patrick Galba De. Apontamentos para uma Crítica Marxista ao Capital no Século XXI de Thomas Piketty. 2014.

PIKETTY, Thomas. *Anexo Técnico de O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

_____. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

PIKETTY, Thomas; ZUCMAN, Gabriel. Capital is Back: Wealth-Income Ratios in Rich Countries 1700–2010. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 129, n. 3, p. 1255–1310, ago. 2014.

RODRIGUES, Jorge Nascimento. *Melhor livro de Economia de 2014 – ENTREVISTA a Thomas Piketty, autor de “Capital no século XXI”*: «Nunca tive nenhuma tentação pelo comunismo». Disponível em: <<http://janelanaweb.com/novidades/entrevista-thomas-piketty-autor-de-capital-no-seculo-xxi-nunca-tive-nenhuma-tentacao-pelo-comunismo/>>. Acesso em: 2 mar. 2018. , jun. 2014

THE ECONOMIST. Piketty fever. Bigger than Marx. *The Economist*, 3 maio 2014. , p. 68.

VAROUFAKIS, Yanis. Egalitarianism’s latest foe: a critical review of Thomas Piketty’s Capital in the Twenty-Frist Century. n. 69, p. 18–35, 7 out. 2014.